



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo n° 2011/6324
PREGÃO ELETRÔNICO N° 001-2011

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2011

I. REGÊNCIA LEGAL LEI N° 1 0.520/02, DECRETO N° 3.555/2000, DECRETO N° 5.450/2005, DECRETO 5.504/2005, LEI COMPLEMENTAR N° 123/2006, RESOLUÇÃO DO CPJ/MPPB N° 002/2007 DE 15 DE MARÇO DE 2007 E, SUBSIDIARIAMENTE, PELA LEI FEDERAL N.º 8.666/93, ALÉM DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS E DO DISPOSTO NO PRESENTE EDITAL.	
II. ÓRGÃO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA	
III. MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 001/2011	IV. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2011/6324
V. TIPO DE LICITAÇÃO MENOR PREÇO POR ITEM	VI. FORMA DE AQUISIÇÃO ENTREGA IMEDIATA
VII. CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO	
VIII. OBJETO Aquisição de Equipamentos Eletrônicos, conforme convênio SICONV 752288/2010, MJ 91/2010, registro CGE/PB N° 10700242/2011, firmado com o Ministério da Justiça para implementação da Lei Maria da Penha(Lei 11.340/06), nas Promotorias de Defesa da Mulher em João Pessoa e Campina Grande, conforme especificações, quantidades e condições constantes do Anexo I (Especificações).	
IX. Local e Data do Recebimento das Propostas e Início da Sessão de Lances: Endereço eletrônico: O Pregão será realizado em sessão pública <i>on line</i> por meio de recursos de tecnologia da informação (INTERNET), através do site www.caixa.gov.br , mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo, no quadro sites Especiais, selecionando Portal de Compras CAIXA, escolhendo no quadro Navegar por: "Licitações e Fornecedores a opção Outros Compradores - Pregão Eletrônico, item Editais, selecionando, no quadro Comprador, a opção MP/PB- Ministério Público da Estado da Paraíba ", constante da página eletrônica da Caixa Econômica Federal. Data da Publicação do Aviso de Licitação: 10/05/2011. Credenciamento dos interessados: 25/05/2011 até às 08 : 30 horas. Recebimento das propostas:25/05/2011 até às 09: 00 horas Início da sessão de lances: 25/05/2011 das 10:00 às 10: 30 horas	



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo n° 2011/6324
PREGÃO ELETRÔNICO N° 001-2011

O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.

O Valor Máximo Estimado para este Pregão: R\$ 15.044,24.

X. DIFERENÇA MÍNIMA ENTRE OS LANCES

Na fase de lances, a Pregoeira poderá estabelecer um degrau mínimo para ser ofertado pelos licitantes, que poderá ser retirado, a qualquer tempo, objetivando a continuidade das disputas e obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.

XI. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Prog.trabalho	Projeto	Nat. Despesa	GR	FT
5056	4186	4490.52	84	58

XII. PRAZO DE ENTREGA

15 DIAS, a contar da solicitação do pedido ao fornecedor.

XIII. LOCAL, HORÁRIO E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTE EDITAL

As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação serão prestados pela Pregoeira e sua equipe de apoio, de segunda a quinta-feira, das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 18:00 h, sendo na sexta-feira, o horário das 07:00 às 13:00 horas, na sala de licitações do Ministério Público do Estado da Paraíba, situada no anexo administrativo do Edifício sede, na Rua Rodrigues de Aquino, S/N, Centro, João Pessoa/PB, pelo fone (83) 2107-6073 e fax (83) 2107 -6064 ou pelo e-mail elizabete@mp.pb.gov.br.

XIV. Pregoeiro responsável

ELIZABETE LEÔNIA SOARES DE OLIVEIRA

Portaria nº1430 de 12/11/2010, publicada no DJ/PB em 13 de novembro de 2010.

XV - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

15.1. Somente serão admitidos a participar desta licitação os interessados previamente credenciados perante a **Caixa Econômica Federal**, em qualquer agência sediada no país e que atenderem a todas as exigências de



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2011/6324
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001-2011

habilitação contidas neste edital e seus anexos e, que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

15.2. Não será admitida a participação de empresas, em consórcio, nesta Licitação.

15.3. Não será admitida a participação de pessoas jurídicas das quais participem, como sócio, gerente, diretores, membros ou servidores do Ministério Público, e ainda, cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau, devendo ser apresentada **DECLARAÇÃO, conforme modelo do Anexo VII.**

15.4. O licitante, que desejar utilizar-se das prerrogativas da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, deverá identificar o tipo de segmento da empresa que representa, em campo disponibilizado no site da Caixa Econômica Federal. **No caso de ser utilizado o** tratamento estabelecido pelo Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006), a licitante declarada vencedora **DEVERÁ** comprovar que se encontra devidamente registrada, na Junta Comercial do Estado de origem, como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, por **meio de declaração (conforme modelo do Anexo VI)**, declarando, sob as penas da lei, que estão enquadradas com ME ou EPP na Junta Comercial e que atendem aos requisitos do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006, além de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, estando aptas a usufruírem do tratamento favorecido e que não se incluem em nenhuma das situações do § 4º do artigo 3º do mesmo diploma legal.

15.5. A licitante vencedora **DEVERÁ** apresentar cópia da Certidão Simplificada do seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte junto a Junta Comercial do Estado da licitante proponente, **datada de 2011, tão logo seja declarada vencedora do certame, cujo documento é requisito indispensável, para finalização da presente aquisição.**

XVI - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

16.1. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, às disposições das Leis Federais N.º 10.520 de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 3.555/2000, do Decreto N.º 5.450, de 31 de abril de 2005, do Decreto nº 5504/2005, da Lei Complementar N.º 123/2006, da Resolução CPJ/MPPB N.º 002/2007 de 15 de março de 2007 e, subsidiariamente, da Lei Federal N.º 8.666, de 21 de junho de 1993, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2011/6324
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001-2011

XVII - CREDENCIAMENTO

17.1. O credenciamento do licitante, para participar do pregão, na forma eletrônica, deve ser realizado através do sistema de Compras da Caixa Econômica Federal, impreterivelmente no horário estabelecido neste Edital.

17.2. Para obtenção da certificação e do cadastramento a empresa deverá acessar a página eletrônica www.caixa.gov.br, no quadro Sites Especiais, selecionando Portal de Compras CAIXA, escolhendo no quadro Navegar Por: Licitações e Fornecedores a opção Outros Compradores – Pregão Eletrônico, item Cadastre-se, onde deverá informar todos os dados solicitados.

17.3. As empresas cadastradas no site da CAIXA e que estejam interessadas em participar do presente certame, mas não possuem senha de acesso ou a esqueceram, devem acessar o endereço eletrônico www.caixa.gov.br, menu Sites Especiais, selecionar Portal de Compras CAIXA, confirmando no botão (OK).

XVIII - PROPOSTA DE PREÇO

18.1. Antes de enviar a proposta comercial, em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema www.caixa.gov.br, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas neste Edital.

18.2. As propostas comerciais deverão ser enviadas através do site www.caixa.gov.br mediante a opção **“menu Sites Especiais”**.

18.3. O prazo de validade da Proposta comercial é de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua abertura.

18.4. A proposta e os lances formulados deverão **apresentar preço por item** para a quantidade total demandada, expresso em real, com duas casas decimais.

18.5. O preço será fixo e irrevogável.

18.6. A marca, modelo, referência e demais características dos produtos ofertados deverão ser informados, obrigatoriamente, **no Anexo II (Planilha Orçamentária)**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2011/6324
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001-2011

18.7. Deverão estar incluídas, nos preços constantes da proposta dos licitantes, todas e quaisquer despesas necessárias para o objeto desta licitação, tais como: impostos, tributos, taxas, encargos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, transporte, seguros e outras, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado.

18.8. O Ministério Público não admitirá qualquer alegação posterior que vise ao ressarcimento de custos não considerados na proposta feita pelo licitante sobre os preços cotados.

18.9. A(s) licitante(s) declarada(s) vencedora(s), pela Pregoeira, deverá(ão) apresentar a proposta com os **preços vencedores** do certame, contendo as planilhas e especificações detalhadas do objeto ofertado, **no prazo máximo de 01 (um) dia útil**, contado a partir do encerramento da fase de negociação, com os preços já atualizados e em conformidade com a negociação final, via fax (83) 2107-6064, devendo as propostas originais ou cópias autenticadas serem entregues, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** à Pregoeira ou integrante da equipe de apoio, no endereço citado no **item XIII**.

18.10. Quando todas as propostas forem desclassificadas, a Pregoeira poderá suspender o pregão, devendo estabelecer, imediatamente, um novo prazo de **até 30 (trinta) minutos** para o recebimento de novas propostas.

18.11. Iniciada a sessão pública do pregão eletrônico, não cabe desistência da proposta.

XIX - HABILITAÇÃO - DOCUMENTAÇÃO

19.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente e serem apresentados, de imediato, após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, mediante a remessa via fax, com encaminhamento do original ou cópia autenticada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis do encerramento do pregão, sendo, inclusive, condição indispensável para a adjudicação. Constatado o atendimento às exigências, o licitante será declarado habilitado.

19.2. Na habilitação, exigir-se-á dos interessados:

19.2.1. A **Habilitação Jurídica** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:



19.2.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado da documentação pertinente à investidura de seus atuais administradores nos respectivos cargos.

19.2.1.2 decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

19.2.1.3. Que seja apresentada **DECLARAÇÃO**, cujo texto comprove a inexistência de menor no quadro da empresa **conforme o modelo do Anexo V**, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal, e ao inciso XVIII do art.78 da Lei nº 8.666/93.

19.2.2. A **Regularidade Fiscal** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através de certidão expedida pela Secretaria da Receita Federal e certidão da dívida ativa da União emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- e) prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos/CND e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FTGS/CRF.

19.2.3. A **Qualificação Econômico-Financeira** será comprovada mediante a apresentação da certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo n° 2011/6324
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001-2011

distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data do recebimento das propostas, prevista no **Item IX** deste Edital.

XX - SESSÃO DO PREGÃO

20.1. A partir do horário previsto no Edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas e em consonância com as especificações e condições detalhadas pelo edital.

20.2. Todas as propostas, que estiverem em consonância com as especificações e condições estabelecidas neste Edital, serão classificadas para a etapa de lances.

20.3. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

XXI - LANCES ELETRÔNICOS

21.1. Após a classificação das propostas, a Pregoeira fará a divulgação no sistema eletrônico, convocando os proponentes para apresentarem lances.

21.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando-se o horário estabelecido e as condições de aceitação.

21.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

21.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar.

21.5. A desistência em apresentar lance implicará exclusão do licitante, nesta etapa, e manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito da classificação final.

21.6. Havendo apenas uma oferta, mas que atende a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, devendo a Pregoeira negociar, visando obter preço melhor.

21.7. Caso não se realizem lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2011/6324
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001-2011

21.8. Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente **pelo critério de menor preço por item.**

21.9. Durante o transcurso da sessão, os licitantes acompanharão, pelo sistema da CAIXA, em tempo real, o valor do menor lance registrado, que fora apresentado pelos demais licitantes, vedada a indicação do detentor do lance.

21.10. No caso de desconexão da Pregoeira com o sistema, no decorrer da etapa competitiva do pregão, e permanecendo o sistema acessível aos licitantes, a etapa terá continuidade para a recepção de lances, devendo a Pregoeira, assim que for possível, retomar sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

21.11. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após 30 (trinta) minutos da comunicação expressa aos participantes.

21.12. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 02 (duas) horas, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e somente terá reinício no dia e horário previamente fixado no Sistema do Banco www.caixa.gov.br.

21.13. A etapa de lances será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

21.14. Alternativamente ao disposto no item anterior, poderá a Pregoeira, mediante justificativa devidamente registrada em Ata, antecipar o encerramento da sessão, desde que transcorrido o tempo mínimo de 50 % do previsto inicialmente no edital para a sessão de lances, mediante o encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de até 30 minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

XXII - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

22.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM.

22.2. Encerrada a etapa de lances, a Pregoeira poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o menor valor, para que possa ser obtida melhor proposta.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo n° 2011/6324
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001-2011

22.3. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor e, não tendo havido qualquer manifestação de interposição de recurso, o objeto deste certame ser-lhe-á adjudicado, pela Pregoeira, cuja homologação se dará, posteriormente, pela Autoridade Superiora.

22.4. Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do Edital, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, seguindo os demais procedimentos descritos no item anterior.

22.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Edital e/ou consignarem preços inexequíveis ou superfaturados para a Administração, assim considerados aqueles incoerentes com os praticados pelo mercado, para a execução do objeto do contrato.

22.6. Da sessão, o sistema gerará Ata Circunstanciada, onde estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, ficando disponível para consulta no site: www.caixa.gov.br

22.7. Sendo aceitável a oferta, será verificado, pela Pregoeira, o atendimento das condições habilitatórias do licitante que a tiver formulado, conforme previsto no item **XIX** deste Edital.

XXIII - RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

23.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

23.2. Caberá à Pregoeira decidir sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

23.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

23.4. Declarado o licitante vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentarem contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2011/6324
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001-2011

23.5. A falta de manifestação, imediata e motivada do licitante, para recorrer da decisão da Pregoeira, importará decadência do direito de recurso e, conseqüentemente, haverá a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor, nos termos dos itens “**22.3.**” e “**24.1.**” deste Edital.

23.6. Quando mantida a decisão pela Pregoeira, no prazo de até 03 (três) dias úteis, o processo será instruído e encaminhado, juntamente com os recursos, à autoridade superior, para ulterior julgamento.

23.7. A autoridade superior do órgão promotor do pregão terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para decidir o recurso.

23.8. O recurso contra a decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo.

23.9. O acolhimento do recurso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

XXIV - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

24.1. Não havendo a manifestação de recurso, a Pregoeira adjudicará o objeto da licitação à proponente vencedora, para posterior homologação do resultado pela autoridade superior.

24.2. Após o julgamento, caso ocorra a manifestação da interposição de recurso, caberá à Autoridade Superior a adjudicação do objeto licitado à proponente vencedora, bem como a homologação do procedimento licitatório.

XXV - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

25.1 A efetivação do pagamento será feita por meio de depósito em conta corrente através de ordem bancária, após a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente discriminada com as especificações e quantitativo entregue, atestada por servidor da Diretoria de Planejamento do Ministério Público, cujo servidor verificará, antes de atestar a citada nota fiscal, o cumprimento às exigências dos itens relacionados neste Edital, mais especificamente no **item XXVII e no Anexo I.**



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2011/6324
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001-2011

25.2 A Contratada deverá informar à Diretoria Financeira desta Procuradoria-Geral de Justiça os dados bancários para realização do depósito citado no item anterior.

25.3. Anexado à Nota Fiscal dos produtos, deverá constar o respectivo Termo de Garantia do Fabricante contra defeitos de fabricação, correspondente a cada item, discriminando o quantitativo entregues.

25.4. Haverá retenção do recolhimento da alíquota de 1,5 % (um vírgula cinco por cento), sobre o valor correspondente ao pagamento, fatura, em face ao que dispõe a Lei Estadual nº 9.335/2011, alterada pela Medida Provisória nº 171/2011, c/c a Lei Estadual nº 7.947/2006, nos termos do Decreto Estadual nº 32.086/2011.

XXVI - REAJUSTAMENTO

26.1. Os Preços ofertados serão fixos e irajustáveis.

XXVII - DA FISCALIZAÇÃO E DA ENTREGA DO OBJETO

27.1. A empresa vencedora deverá entregar os produtos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data da notificação, no Departamento de Material e Patrimônio, acompanhados de Nota Fiscal, para conferência do produto licitado, localizado no prédio sede do MP/PB, na Rua 13 de Maio, s/n, Centro, João Pessoa/PB de segunda a quinta-feira, no período de 08:00 às 12:00 e 14:00 às 18:00 horas e, na sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, em dias úteis.

27.2. O objeto licitado só será recebido depois de certificado pela Diretoria de Planejamento, observando-se o cumprimento das especificações relacionadas no Anexo I, após o que, deverá ser emitido termo de recebimento, observada ainda a consistência e a exatidão da Nota Fiscal discriminativa, apresentada em 02 (duas) vias.

XXVIII - SANÇÕES

28.1. Dentro do prazo de validade de sua proposta, o licitante que cometer qualquer das infrações abaixo relacionadas, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, além de ser descredenciada do SIREF ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2011/6324
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001-2011

a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ficando ainda sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor global da proposta:

28.1.1. Não entregar o objeto contratado;

28.1.2. Apresentar pendências junto aos cadastros da Administração Pública;

28.1.3. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

28.1.4. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

28.1.5. Não mantiver a proposta;

28.1.6. Falhar ou fraudar a entrega do objeto contratado;

28.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

28.1.8. Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa.

28.2. Na hipótese de descumprimento por parte da adjudicatária das obrigações assumidas, ou de infringência de preceitos legais pertinentes, serão aplicadas as penalidades previstas, segundo a gravidade da falta cometida.

28.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

XXIX - REVOGAÇÃO - ANULAÇÃO

29.1. A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 49, da Lei N.º8.666/93, no seu todo ou em parte.

XXX - DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1. A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá a Pregoeira, se necessário, modificar este Edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2011/6324
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001-2011

30.2. Os encargos de natureza tributária, social e parafiscal são de exclusiva responsabilidade da empresa a ser contratada.

30.3. É facultada à Pregoeira ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique inclusão de documento ou informação que deveria constar, originariamente, da proposta.

30.4. A apresentação da proposta implica, para a licitante, observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

30.5. A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta, desde que não comprometam a lisura do procedimento ou contrariem a legislação pertinente.

30.6 O Licitante vencedor fica obrigado a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgão de controle interno e externo da União.

30.7 Na verificação do Edital, o adquirente deverá observar se o seu exemplar está devidamente completo, composto pelos seguintes anexos:

Anexo I	Especificação dos Produtos
Anexo II	Planilha Orçamentária
Anexo III	Planilha Orçamentária Resumida
Anexo IV	Declaração de Conhecimento e Atendimento às Condições de Habilitação
Anexo V	Declaração da Inexistência de Menor no Quadro da Empresa
Anexo VI	Declaração de Enquadramento como ME ou EPP
Anexo VII	Declaração de que não possui sócio/parente no MPE/PB.

30.8. A Pregoeira poderá, em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, devendo promover o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos trabalhos.

30.9. Caberá exclusivamente ao representante credenciado da licitante acompanhar as operações no Sistema eletrônico, durante a sessão do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2011/6324
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001-2011

inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

30.10. Este Edital e seus anexos foram examinados e aprovados pelo Setor Jurídico do Ministério Público da Paraíba, conforme exigência legal disposta no art. 38 da Lei N.º8.666/93, parágrafo único.

30.11. A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação não implicarão direito à contratação.

30.12. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Comarca de João Pessoa, Estado da Paraíba, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

30.13. Os casos omissos serão dirimidos pela Pregoeira, com observância da legislação em vigor, em especial as Leis Federais N.º 8.666/93 e N.º10.520/2002.

João Pessoa, 09 de maio de 2011

ELIZABETE LEÔNIA SOARES DE OLIVEIRA
PREGOEIRA OFICIAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo n° 2011/6324
PREGÃO ELETRÔNICO N° 001-2011

ANEXO I ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS

O presente procedimento tem por finalidade a aquisição de equipamentos eletrônicos, conforme convênio SICONV 752288/2010, MJ 91/2010, registro CGE/PB N° 10700242/2011, firmado com o Ministério da Justiça para implementação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), nas Promotorias de Defesa da Mulher em João Pessoa e Campina Grande, conforme especificações constantes no presente termo.

1 - Do objeto:

1.1. Aquisição de equipamentos eletrônicos, conforme especificações, quantidades e condições constantes do Anexo I - Especificações e Anexo II - Planilha Orçamentária deste Edital.

2 - Das especificações do objeto:

Item 01:

Objeto: Aparelho de DVD PLAYER, com MP3, DIVX.

Quantidade: 02 (dois).

Especificação do Objeto: Reprodução de DVD, DVD-R, DVD RW, SVCD, CD, CDR, CDRW, MP3, WMA e JPEG, sistema de cor: NTSC/PALM e PAL-N; saída HDMI/DIVX para sinais de vídeo em alta definição e sinais de áudio; Incluso Cabo HDMI, controle remoto. Deverá vir acompanhado de manual em português.

Item 02:

Objeto: Máquina Fotográfica Digital.

Quantidade: 02 (duas).

Especificação do Objeto: As Máquinas Fotográficas Digitais, além de apresentarem as características seguintes, deverão vir acompanhados, cada uma, de: - 01 Carregador; - 01 Bateria; - 01 Cabo de Força; - 01 Lente Objetiva 35 mm; - 01 Cabo de vídeo; - 01 Bolsa; - 01 Adaptador de energia; - 01 AC - Controle remoto.

Interface: USB 2.0

Modos de compressão: Fine - Normal - Descomprimido - Básico



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2011/6324
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001-2011

Altura: 9.4 cm. Resolução tela LCD: 230.000 pixels
Tipo de memória: SD Card - SDHC Card. Timer: 2 s - 5 s - 10 s - 20 s. Painel LCD: Sim. Tamanho do Display LCD: 6.4 cm. Largura: 12.6 cm. Profundidade: 6.4 cm. Tipo de bateria: Baterias de Lítio recarregáveis. Visor: De fibra ótica
03 Quadros por segundo. Interface do vídeo: Saída de vídeo
Montura de tripé: Com montura Sistema operativo: Apple Mac OS X - Microsoft Windows Vista. Velocidades ISO: 100 – 1600
Velocidade de disparo: 1/4000 - 30 s. Resolução da câmera: 10.75 Megapixel.
Tipo do sensor de imagem: CCD
Peso: 495 g
Possui Lentes intercambiáveis. Resoluções de imagem: 3872 x 2592 - 2896 x 1944 - 1936 x 1296
Tipo de foco: Foco automático e enfoque manual
Tipo de compressão: JPEG - Raw Image - DPOF - EXIF 2.21 - DCF 2.0
Tipo de câmera: Reflex / SLR / Profissional
Funções do flash: Flash automático - Sync flash traseiro - Flash de recheio - Redução de olhos vermelhos - Sincronização lenta
Resolução: 10.75 Megapixel
Tipo de flash: Integrado.

Item 03:

Objeto: Filmadora Digital High Definition com HD de 80 GB.

Quantidade: 02 (duas).

Especificação do Objeto:

As Filmadoras Digitais High Definition com HD de 80 GB, além de apresentarem as características seguintes, **deverão vir acompanhadas, cada uma delas, com:** 1 Adaptador AC; 1 Cabo AC; 1 Cabo DC; 1 Carregador; 1 Bateria: min. 725 mAh/Lithium-Ion; 1 Alça sim; 1 Cabo Vídeo Componente; 1 Cabo AV; 1 Protetor de Lente; 1 Controle Remoto; 1 Cabo USB e 1 CD-ROM.

Iluminação Mínima: 9 lx (1/30 no modo low light); 1 lx (Modo Magic Pix).

Foco: Auto / Manual. **White Balance:** Auto / Indoor1 / Indoor2 / Sunny / Cloudy / White set. **Velocidade de Disparo:**[60i] Auto Slow Shutter ON : 1/30-1/8000 [24P] Auto Slow Shutter ON : 1/24-1/8000. Iris: Auto / Manual. **Modo de Cena:** Sports/ Portrait/ Low light/ Sunset/ Fireworks/ Scenery. Compensação de Luz de Fundo: sim. EVF: não. Monitor: 2.7" Wide LCD (230/400 pixels) - Microfone: Microfone surround de 5.1 canais com função de zoom - Gravação de Data: sim. Fade In/Out: sim. Rec. Review: não - Estabilização de Imagem: Advanced O.I.S.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo n° 2011/6324
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001-2011

(Estabilização Óptica de Imagem) Zoom Digital: 40x/1000x. Luz de Vídeo LED: sim.
Flash: sim
Slot para Cartão: sim
Imagem Estática: 2.1 megapixels (1920 x 1080) [16:9]
DPOF: Max. 999 stills. PictBridge: sim
Alimentação: 7.2VCC / 9.3VCC
Consumo: 6.6W
Peso (Corpo): aproximadamente: 360g
Dimensões (LxAxP): 64 x 69 x 128 mm
Média: HDD/SD SDHC CARD. Formato: AVCHD
Modo de Gravação: HA: 17 Mbps/VBR; HG: 13 Mbps / VBR; HX: 9 Mbps / VBR;
HE: 6 Mbps / VBR
Reprodução: sim
Indicação de Tempo Restante: sim
AV: sim. HDMI: mini HDMI
USB: 2.0 Hi-Speed
Video Componente: sim
Sensor de Imagem: 1/6" MOS Total Pixels : 1.47 megapixels
Abertura: F 1.8 (WIDE) / 3.3 (TELE)
Zoom Óptico: 16x
Distancia Focal: 2.95 - 47.2 mm
Diâmetro do Filtro: 43 mm
Equivalente 35mm: 44.1-706mm (16:9)
Lente: Leica Dicomar

Item 04:

Objeto: TV LCD de 42" com tela de Widescreen Full HD, com conversos Digital Integrado.

Quantidade: 02 (duas).

Especificação do Objeto:

Os Televisores LCD DE 42" com Tela de Widescreen Full HD 1080p, com Conversor Digital Integrado, além de apresentarem as características seguintes, deverão vir acompanhadas, cada uma delas, com: 01 Controle Remoto; 01 Manual; 01 Cabo VGA; 01 Cabo de alimentação.

Tipo de tela: LCD. Formato da tela: widescreen (16:9). HDMI: 03.

Compatível com os sinais digitais: Full HD 1080p DTV. Entrada PC Progressive scan . Bloqueio de canais: Parental Control (controle dos



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2011/6324
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001-2011

pais). Closed caption . Ajustes do formato da tela. Tela com revestimento antirreflexo. Alto-falantes integrados. Idiomas do menu: Português, Espanhol e Inglês. Base giratória. Funções: Sleep timer, mute. Brilho: 360 Cd/m². Contraste: 25.000:1 Dinâmico. Som surround: SRS TruSurround. Temperatura de cor: fria, normal e quente. Tecla SAP. Zoom. Congelamento da imagem. Economia de energia. Ajustes de inclinação e rotação. Filtro combinado . Sincronismo: USB para fotos e áudio.

Alimentação: bivolt. Consumo aprox. de energia: máximo - 250 Watts; Stand by - 01 Watt. Sistema de cor: - PAL-M; - PAL-N; - NTSC. Freqüência: 60 Hz. Potência: 20 Watts (10 + 10 Watts). Tamanho da tela: 42 polegadas. Diagonal visual: 106 cm. Ângulo de visão: 178°. Número de cores: maior que 256 milhões. Recepção de canais: VHF/UHF/Digital. Resolução: 1920 x 1080. Tempo de resposta: 6,5 ms.

Conexões:

-Entradas - 02 Vídeo Composto, 01 S-video, 01 Vídeo Componente, 01 VGA (PC), 03 HDMI, 01 USB;

-Saídas - 01 Áudio Digital (SPDIF), 01 Fone de ouvido, 01 Saída de áudio, 01 Saída de áudio.

Padrão de furação: 20 x 20 (VESA MOUNT)

Peso aprox. do produto: 15,3 kg. Peso aprox. com embalagem: 17,5kg.

Dimensões aprox. do produto (L x A x P): - Com a base - 101,2 x 70,1 x 27,8 cm; - Sem a base - 101,2 x 65 x 10,8 cm. Dimensões aprox. com embalagem (L x A x P): 113 x 21,5 x 83,4 cm

3. Do preço:

3.1. O preço do produto deverá ser o mesmo apresentado na proposta vencedora, durante o seu prazo de validade, que não pode ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da apresentação da proposta.

3.2. Nos preços apresentados, deverão estar incluídos fretes, impostos incidentes e quaisquer outros custos referentes ao objeto licitado.

4. Da garantia:

4.1. Os itens, objeto deste certame, fornecidos deverão ser novos, não tendo sido ainda utilizados.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2011/6324
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001-2011

4.2. A empresa deverá apresentar manual em Português e termo de Garantia do Fabricante contra defeitos de fabricação, correspondente a cada item, de 01 (um) ano.

5. Prazo de entrega:

5.1. Os produtos deverão ser entregues ao Departamento de Material e Patrimônio, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da solicitação do pedido ao fornecedor.

ANEXO II
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01					
02					



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo n° 2011/6324
PREGÃO ELETRÔNICO N° 001-2011

03					
04					

VALOR GLOBAL R\$

INTEGRAM ESTE PREGÃO AS CONDIÇÕES GERAIS ANEXAS.
PRAZO DE ENTREGA: NÃO SUPERIOR A 15 (QUINZE) DIAS, A CONTAR DA
SOLICITAÇÃO DO PEDIDO AO FORNECEDOR. PRAZO DE VALIDADE DA
PROPOSTA: NÃO INFERIOR A 60 (SESENTA) DIAS

..... dede 2011.

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

**ANEXO III
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA RESUMIDA**

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		
CEP:	FONE/FAX:	CONTATO:
INSC. ESTADUAL:	CNPJ:	

UF:



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2011/6324
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001-2011

DATA:	VALIDADE DA PROPOSTA:	PRAZO DE ENTREGA:
--------------	------------------------------	--------------------------

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO GLOBAL
01		
02		
03		
04		

..... de de 2011.

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO EDITAL E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo n° 2011/6324
PREGÃO ELETRÔNICO N° 001-2011

A (nome da empresa)..... CNPJ, N.º., com sede na, declara ter conhecimento do inteiro teor do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2011, em toda a sua integralidade, e que atende plenamente às exigências de habilitação.

..... dede 2011.

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR NO QUADRO DA EMPRESA

A (nome da empresa) CNPJ N.º....., com sede na, declara, sob as penas da lei, que em suas instalações, não há realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2011/6324
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001-2011

por menores de 18 anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

.....,..... dede 2011.

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

ANEXO VI

Modelo de Declaração, apenas para empresas enquadradas na Junta Comercial do seu Estado como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

DECLARAÇÃO

(nome do administrador ou representante, este no caso de firma individual), CPF nº____, residente na (Rua; Avenida, Bairro e Estado), **DECLARA**, para os devidos fins, sob as penas da lei, que a Empresa (razão social da empresa) se encontra devidamente **registrada e enquadrada** na Junta Comercial do Estado (citar Estado) como sendo uma (microempresa ou



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2011/6324
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001-2011

empresa de pequeno porte, conforme caso), e que atende aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, cumprindo aos requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, estando apta a usufruir do benefício e tratamento diferenciado previsto na lei, bem como, **DECLARA** que não se inclui em nenhum das situações do § 4º do artigo 3º do mesmo diploma legal, além de outros previstos em leis e normas regulamentares que o impossibilite de usufruir do tratamento diferenciado e favorecido ditado pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Local e data

ATENÇÃO

Ass. do administrador contratual ou pelo titular

* Observe as condições para a assinatura da declaração: (A DECLARAÇÃO deverá ser **assinada pelo sócio administrador** (identificado no instrumento contratual) **ou pelo titular, no caso de firma individual**, sendo admitida declaração emitida por preposto ou procurador, DESDE QUE POSSUA PODERES EXPRESSOS NA CARTA DE PREPOSIÇÃO OU NA PROCURAÇÃO PARA FIRMAR DECLARAÇÃO OU CONTRATO, com a apresentação do respectivo documento procuratório ou carta.

ANEXO VII

Modelo de Declaração

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que em nosso quadro não participam como sócio, gerente e diretores quaisquer membros ou servidores do Ministério Público, e ainda, cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo n° 2011/6324
PREGÃO ELETRÔNICO N° 001-2011

Local e Data

Ass. do administrador contratual ou pelo titular

CPF.: _____

RG.: _____